

**FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO PESQUISA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
FLUMINENSE-PRO-IFF**

CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – Contexto operacional

A Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF, é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro na comarca de Campos dos Goytacazes – RJ, instituída por pessoas físicas, jurídicas e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação pertinente. Possui amparo e credenciamento no Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia. Reconhecida como de utilidade pública Municipal através da Lei.

2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 11.638 de 28/12/2007 que alterou a Lei nº 6.404/76, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.”

A apresentação de demonstrações contábeis em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, porém, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2 – Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que estão demonstradas pelo valor dos investimentos acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, obedecendo ao regime de competência.

2.4 – Créditos a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços estabelecidos pelo estatuto e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes dessas operações. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são classificadas no ativo não circulante.

2.5 – Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurado ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit ou déficit do exercício, na rubrica "Receitas financeiras", no período em que ocorrerem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação, neste caso as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da fundação compreendem caixa e equivalentes de caixa e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.6 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições.

2.7 – Imobilizado

Os saldos do Ativo Permanente estão representados pelos bens operacionais da Fundação, registrados pelo seu custo histórico de aquisição deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.

2.8 – Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

2.9 – Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, além de considerar os rendimentos, os encargos e os efeitos de acordo com os índices e taxas oficiais sobre os ativos e passivos ao valor de realização, quando aplicável.

2.10 – Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto.

3 – Caixa e equivalentes de caixa

Demonstração dos saldos de caixa e equivalentes de caixa conforme demonstrativo a seguir:

	2014	2013
Bancos conta movimento - Gestora	15.656	31.804
Bancos conta movimento - Recursos de Terceiros	101.419	178.145
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.326.777	6.406.749
Título de capitalização	4.000	4.000
	4.447.852	6.620.699

4 – Contas a receber

A posição registrada em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 corresponde às rubricas abaixo relacionadas, referente à prestação de serviços conforme estabelecido no Estatuto da Fundação:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos a receber	99.980	590.798
	<u>99.980</u>	<u>590.798</u>

5 – Outros créditos

A posição registrada em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 corresponde às rubricas abaixo relacionadas, referente a “Outros créditos”:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamento concedido - Gestora 2012	1.670	3.670
Adiantamento concedido - Recursos Terceiros 2012	16.020	4.320
Cheque devolvido	-	120
Adiantamento concedido antigos	38.286	38.286
	<u>55.976</u>	<u>46.396</u>

6 – Impostos a recuperar

Composição da conta registrada em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 conforme demonstrativo a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRRF a recuperar	1.201	1.201
	<u>1.201</u>	<u>1.201</u>

7 – Despesas antecipadas

Composição do saldo da conta despesas antecipadas conforme demonstrativo a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Seguro a vencer	1.386	75
	<u>1.386</u>	<u>75</u>

8 – Créditos a receber – realizável a longo prazo

A posição registrada em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 corresponde aos créditos a receber, (longo prazo), referente à prestação de serviços conforme demonstrativo a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valores recebíveis da Credi Rio	6.545	5.685
	<u>6.545</u>	<u>5.685</u>

9 – Imobilizações

A composição do grupo bens em uso em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Bem	Taxa de Depreciação Anual (%)	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2014
IMOBILIZADO							
Custo							
Móveis e utensílios	-	52.456	-	-	-	-	52.456
Veículos	-	47.000	-	-	-	-	47.000
Máq. Equiq. e ferramentas	-	176.680	-	-	-	-	176.680
Computadores e periféricos	-	137.803	-	-	-	-	137.803
		413.939	0	0	0	0	413.939
Depreciação acumulada							
Móveis e utensílios	10	(47.757)	-	-	(4.500)	-	(52.257)
Veículos	20	(29.767)	-	-	(9.400)	-	(39.166)
Máq. Equiq. e ferramentas	10	(138.337)	-	-	(15.048)	-	(153.385)
Computadores e periféricos	20	(109.592)	-	-	(9.305)	-	(118.897)
		(325.452)	0	0	(38.254)	0	(363.706)
Custo líquido		88.487	-	0	(38.254)	0	50.233

10 – Intangível

A composição do grupo bens intangíveis em uso em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Bem	Taxa de Amortização Anual (%)	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2014
INTANGÍVEL							
Custo							
Softw are	-	12.842	-	-	-	-	12.842
		12.842	0	0	0	0	12.842
Amortização acumulada							
Softw are	20	(9.938)	-	-	(2.568)	-	(12.507)
		(9.938)	0	0	(2.568)	0	(12.507)
Custo líquido		2.904	-	0	(2.568)	0	335

11 – Contas a pagar

Composição do saldo da rubrica “Contas a pagar” em 31/12/2014 e 31/12/2013 conforme demonstrativo a seguir:

	2014	2013	
Contas a pagar	14.768	6.208	12
Aluguel a pagar	2.848	2.685	
	17.616	8.893	

12 – Fornecedores

Composição do saldo em 31/12/2014 e 31/12/2013 conforme demonstrativo a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedor - Gestora	-	5.356
	<u>0</u>	<u>5.356</u>

13 – Obrigações fiscais

Composição do saldo da conta obrigações trabalhistas e sociais em 31/12/2014 e 31/12/2013 conforme demonstrativo a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações fiscais - Gestora	24.264	24.884
Obrigações fiscais - Recursos terceiros	10.057	38.754
Obrigações fiscais - Gestora e terceiros	11.927	11.927
	<u>46.249</u>	<u>75.565</u>

14 – Obrigações trabalhistas

Posição registrada em 31/12/2014 e 31/12/2013 do saldo das obrigações fiscais:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações trabalhistas - Gestora	19.487	27.226
Obrigações trabalhistas - Recursos terceiros	12.359	95.449
	<u>31.845</u>	<u>122.676</u>

15 – Projetos a executar

Composição do saldo da conta em 31/12/2014 e 31/12/2013 conforme demonstrativo a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contratos	139.070	285.603
Convênios	4.409.623	6.823.089
	<u>4.409.623</u>	<u>6.823.089</u>

16 – Dívida ativa ISS

Posição registrada em 31/12/2014 e 31/12/2013 do saldo da rubrica provisão

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dívida ativa ISS - S.J.da Barra	0	18.290
	<u>0</u>	<u>18.290</u>

17 – Patrimônio social

O patrimônio social é composto de 10 cotas de R\$ 1.000,00 cada uma, totalmente integralizados por seus instituidores no montante de R\$ 10.000,00.

18 - Despesas por natureza

Segue abaixo a composição das despesas operacionais da Fundação em 2014 e 2013.

	2014	2013
Despesas operacionais Fundação	(537.580)	(706.243)
Despesas de cursos	(189.937)	(192.498)
Despesas campus Campos	(77.635)	(99.034)
Despesas campus Macaé	(3.900)	(3.630)
Despesas campus Gaurus	(6.990)	(9.499)
Despesas campus Cabo Frio	(4.672)	(3.822)
Despesas campus Itaperuna	(1)	(4.450)
Despesas campus Bom Jesus Itabapuaana	(12.505)	(18.897)
Despesas campus Quissamã	(10.332)	(37.191)
Despesas campus São João da Barra	-	(470)
Despesas reitoria	(7.302)	(11.124)
Total das despesas	(850.854)	(1.086.858)

19 – Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais houveram sido instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Entidade é associação privada, sem fins lucrativos, assim definidos em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação sendo imune ao Imposto de Renda e isenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em relação à Contribuição Social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários a alíquota de 1%.

Quanto a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 3%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade.